
Crise na política brasileira: Uma análise crítica da comunicação como estratégia de negociação de sentidos nos governos Bolsonaro e Lula¹

Diego Felipe Garcia²
Ricardo Matos de Araújo Rios³
Luiz Ademir de Oliveira⁴
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Resumo: O presente artigo tem como objeto problematizar como a comunicação foi utilizada como estratégia de negociação de sentidos em crises governamentais nos governos de Bolsonaro e Lula em diferentes contextos políticos. O referencial teórico apresenta discussões sobre os processos comunicativos e visibilidade pública nas democracias, recorremos a autores como Signates (2012), Rodrigues (2015) e Thompson (2018). Além disso, é importante contextualizar o momento político enfrentado por cada governo em meio à crise. Adota-se a Análise Crítica do Discurso como aporte teórico-metodológico deste artigo e, após a análise dos textos, os resultados apontam que a comunicação articula diferentes formas discursivas em momentos de crise.

Palavras-chave: Comunicação Política; Bolsonarismo; Lula; Análise Crítica do Discurso.

Introdução

“Interessante observar como a comunicação, seja em sua versão institucional e sistêmica, seja como processualidade social de trocas simbólicas, faz-se presente como elemento aferidor da condição democrática” (Signates, 2012, p.12). A definição de Signates (2012) perpetua a comunicação como elemento estruturante nos regimes democráticos, uma vez que ela atua na manutenção e na preservação desse sistema exigindo a ação permanente de fortalecimento dos processos comunicacionais. Nesse sentido, pode ser incluído nessa conjuntura um amplo espaço para o desenvolvimento e o fortalecimento de imagens públicas que são contempladas pelo jogo político.

O artigo em questão problematiza como a comunicação foi utilizada como estratégia de negociação de sentidos para a gestão de crises governamentais nos governos de Bolsonaro e Lula em diferentes contextos políticos. A comunicação em

¹ Trabalho apresentado no GP Políticas e Estratégias de Comunicação, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM) pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e membro do Grupo de Pesquisa Comunicação, Identidade e Cidadania da UFJF. E-mail: diegophelipe@yahoo.com.br

³ Doutor em Comunicação pela UFJF. E-mail: ricmrios@gmail.com

⁴ Bolsista de Produtividade do CNPq – Nível 2, pós-doutorado em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutor e Mestre em Ciência Política pelo IUPERJ, docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). E-mail: luizoli@ufs.edu.br.

situações de crise configura como estratégia principal tanto para negociar sentidos, moldar as ações e governantes e influenciar a opinião pública. A análise desses pronunciamentos é fundamental para descortinar discursos enraizados que transitam as relações de poder. Dessa forma, este artigo pretende contribuir para o debate na reafirmação da comunicação como campo científico e evidenciar sua relação estratégica com a democracia, linguagem e visibilidade pública.

O *corpus* de análise será composto pelos seguintes recortes: o discurso de Jair Bolsonaro (2019-2022) na ONU em setembro de 2019 com foco nos incêndios florestais na Amazônia e a demissão do ministro dos direitos humanos Silvinho Almeida no governo Lula (2023-2026). Os objetivos são analisar como os elementos textuais foram combinados e os motivos pelos quais determinados recursos linguísticos são utilizados em situações específicas de crise.

O texto inicia com um debate sobre os pontos de encontro dos processos comunicacionais e a visibilidade pública nas democracias, pautadas nas discussões de Signates (2012), Rodrigues (2015) e Thompson (2018). Como aporte teórico-metodológico, será utilizada a Análise Crítica do Discurso (ACD) por meio da Teoria Social do Discurso proposta por Norman Fairclough (2016), realizada pelas categorias analíticas significado das palavras, ordens do discurso e intertextualidade pela representação do discurso.

Fundamentação teórica - Democracia e Visibilidade Pública

A comunicação se apresenta como uma área de conhecimento fundamental para a manutenção dos regimes democráticos. Signates (2012) alerta para que a comunicação não seja observada apenas como um “instrumento” ou uma “ferramenta” pela qual se dá a estratégia política. Reduzir a comunicação apenas como aplicação é excluí-la do seu papel estruturante na sustentação da democracia. Para o autor, a comunicação é o próprio modo de ser da democracia, seja nas instituições, grupos sociais ou na sociedade como um todo. “Em outras palavras, será tão mais democrática uma sociedade, quanto forem livres e fortes os processos de produção e circulação social de sentidos” (Signates, 2012, p.12). A comunicação assume um papel central nas democracias pela linguagem como meio para operar processos nas soluções não violentas em formas de

conflito, em que o jogo argumentativo e as disputas por imagens passam a ter relevância expressiva nesse processo.

A interação entre a internet e a comunicação proporcionou mudanças na cobertura política nas democracias. Nessa conjuntura, os jornalistas passaram a ter vários recursos tecnológicos disponíveis para deliberar como os líderes políticos vão aparecer diante do público, decidindo quem, em que circunstâncias e como a informação se torna visível. “O discurso mediático, pelo contrário, flui de maneira constante e ininterrupta, encadeia enunciados que se apresentam habitualmente de forma acabada, escondendo os seus processos de gestação” (Rodrigues, 2015, p.39). Nesse sentido, o discurso midiático concede visibilidade pública a questões políticas, uma vez que, a publicização das informações torna o campo como objeto socialmente constituído.

Vale ressaltar que a inserção da web na comunicação causou uma via de mão dupla na visibilidade dos líderes políticos. Por mais que essa seja uma ferramenta favorável para a construção de imagens positivas e aproximação com eleitores e simpatizantes, a internet também passou a ser um espaço para a circulação de denúncias, bem como a construção de imagens negativas. “As formas mediadas de comunicação foram usadas não apenas para promover e celebrar líderes políticos, mas também para atacá-los e denunciá-los” (Thompson, 2018, p. 25). O autor sugere que o desenvolvimento da mídia criou novas oportunidades para os líderes políticos, mas criou também novos riscos, e os líderes políticos se veem expostos a novos perigos gerados pela visibilidade midiática. O cenário político brasileiro permite aprofundar o estudo das transformações do campo comunicacional, uma vez que os atores políticos utilizam novas formas e meios de se comunicar instantaneamente com o público. Entretanto, as mesmas formas e meios de se comunicar também servem para denunciar, questionar e vigiar tanto os líderes políticos como as ações do governo.

Metodologia - A ACD como prática sociodiscursiva

A Teoria Social do Discurso proposta por Fairclough (2016) pela análise do discurso textualmente orientada (ADTO), lança um olhar para o texto como material empírico. Uma das características da Análise Crítica do Discurso (ACD) é a relação próxima do texto, que fornece subsídios para estudos qualitativos além de ser o

principal elemento de pesquisa. Esse é o material a que o observador tem acesso. Na visão do autor, a ACD é muito mais uma teoria que um método, é

uma perspectiva teórica sobre a língua e, de uma maneira mais geral, sobre a semiose como um elemento ou momento do processo social material, que dá margens a análises linguísticas ou semióticas inseridas em reflexões mais amplas sobre o processo social (Fairclough, 2012, p.307).

O modelo tridimensional do discurso proposto por Fairclough (2016) tem como prerrogativa considerar o discurso como texto, prática discursiva e prática social. Para o autor, essas três dimensões são vitais na análise do discurso. “A parte do procedimento que trata da análise textual pode ser denominada ‘descrição’, e as partes que tratam da análise da prática discursiva e da análise prática social da qual o discurso faz parte podem ser denominadas ‘interpretação’” (Fairclough, 2016, p. 105). A Teoria Social do Discurso considera as três camadas possíveis de serem analisadas, as quais podem aparecer juntas ou separadas no momento da análise.

Na concepção faircloughiana, é possível provocar mudanças sociais através de textos, seja através de uma leitura sobre algo que esclarece e assim adotamos outro comportamento, seja através do mercado publicitário que por um longo período, por exemplo, “vende” uma mensagem como importante e transforma o comportamento de grupos sociais a partir do fortalecimento de determinados valores ampliando a rede de poder e seus efeitos (Cirne; Barros; Efken, 2022). A análise textual e a análise social precisam estar em sintonia, pois os fragmentos dos textos detêm uma instância participativa nos efeitos cognitivos, morais, políticos e sociais sobre as relações de poder. Dessa forma, a ACD como parte de uma ciência crítica se interessa pelas investidas ideológicas e os sentidos presentes nos textos intervindo nas relações sociais.

Quanto ao *corpus* de análise, será composto por duas situações de crises governamentais em práticas sociais distintas: a primeira se atém ao discurso na ONU feito pelo então presidente Jair Bolsonaro sobre a temática dos incêndios na Amazônia em setembro de 2019 e a segunda a demissão do ministro dos direitos humanos Silvano Almeida no governo Lula (2023-2026). Nesse sentido, é importante salientar que os últimos doze anos exibem um campo político carregado de disputas de poder e concepções de mundo que objetivam a naturalização de projetos ideológicos. Nessa concepção, a linguagem está centralizada como elemento para a materialização de

discursos de grupos sociais, sendo que as estratégias de poder são articuladas com outras características simbólicas que configuram tanto os espaços de prestígio como as formas de enxergar o mundo.

Para auxiliar as análises, recorreremos às categorias analíticas ordem do discurso e intertextualidade pela faceta da representação do discurso para compreender as estratégias utilizadas na gestão de crises políticas. A primeira categoria tem como objetivo “especificar o relacionamento da instância da prática social e discursiva com as ordens do discurso que ela delinea, e os efeitos da reprodução e transformação das ordens do discurso para as quais contribui” (Fairclough, 2016, p.303). Nesse sentido, tal categoria analisará o pronunciamento de Bolsonaro, o qual tem por característica rearticular vários discursos em torno da própria prática discursiva. A segunda é a intertextualidade pela representação do discurso que permite a análise de vozes no interior dos textos, seja ela pela interlocução direta da fala ou pela representação indireta, que trata de citações e dão tom ambivalentes às vozes. As notas à imprensa, como a demissão do ministro Silvío Almeida, possuem características de se comunicar representando vozes dos discursos. Tais categorias da ACD permitem averiguar o trajeto das palavras em ambientes de tensão, em que as relações de poder estão em disputa. Desse modo, a comunicação se apresenta como uma estratégia na construção e desconstrução do ambiente político.

Análise do *corpus*

O pronunciamento de Bolsonaro na ONU sobre questões ambientais está inserido em um contexto em meio a disputas e tensões. O governo de Jair Bolsonaro do Partido Social Liberal (PSL) teve início em janeiro de 2019 após vencer as eleições presidenciais em 2018. O perfil do seu governo se caracterizou pelo posicionamento conservador nos moldes da extrema direita e liberalismo. Avritzer (2021) afirma que Bolsonaro parece ser a continuação dessa tendência, porém com mais atributos que ajudam a sustentar o bolsonarismo com a oposição ao Congresso Nacional, Poder Judiciário e parte da opinião pública: falta de preocupação com governabilidade, relação de oposição ao sistema político e ampla base ratificadora de suas posições nas redes sociais que minimiza a oposição pela mídia enfrentada por ele. O autor destaca que a antipolítica praticada por Bolsonaro implicou em três ações conjugadas: a primeira a

destruição de estruturas no Estado, a segunda no desmantelamento da saúde na pandemia e a terceira na intimidação dos poderes legislativo e judiciário que tentavam impor limites à destruição. Nesse sentido, o governo Bolsonaro (2019-2022) apresentou-se como uma gestão que gerou muitas rupturas nas esferas do executivo, legislativo e judiciário.

Com a contextualização do governo Bolsonaro, o segundo tópico de análise é o pronunciamento do presidente realizado na cúpula da ONU⁵ em 2019 com foco nas questões ambientais no Brasil, o qual cita a redução do desmatamento na Amazônia. Porém, conforme dados divulgados nos veículos de mídia⁶, em 2019 o número de queimadas na Amazônia aumentou cerca de 30%⁷ em comparação com o ano anterior.

Nenhum país do mundo possui uma **legislação ambiental** tão completa.

Nosso **Código Florestal** deve servir de exemplo para outros países.

O Brasil é um país com dimensões continentais, com grandes desafios ambientais.

São 8,5 milhões de quilômetros quadrados, dos quais **66% são vegetação nativa**, a mesma desde o seu descobrimento, em 1500.

Somente no **bioma amazônico**, **84%** da floresta está intacta, abrigando a maior **biodiversidade** do planeta. Lembro que a **região amazônica** equivale à área de toda a Europa Ocidental.

Antecipamos, de 2060 para 2050, o objetivo de alcançar a **neutralidade climática**. Os recursos humanos e financeiros, destinados ao fortalecimento dos **órgãos ambientais**, foram dobrados, com vistas a zerar o **desmatamento ilegal**. (*grifo meu*)

E os resultados desta importante ação já começaram a aparecer!

Na Amazônia, tivemos uma redução de 32% do **desmatamento** no mês de agosto, quando comparado a agosto do ano anterior.

QUAL PAÍS DO MUNDO TEM UMA POLÍTICA DE **PRESERVAÇÃO AMBIENTAL** COMO A NOSSA?

Os senhores estão convidados a visitar a nossa Amazônia! (*Grifo meu*)

⁵ “Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 76ª Assembleia-Geral da ONU”. Gov.br, 21 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2021/09/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-76deg-assembleia-geral-da-onu> Acesso em: 14 de outubro de 2024

⁶ “Focos de queimadas na Amazônia aumentam em 2019, informa o Inpe”. Jornal Nacional, 08 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/01/08/focos-de-queimadas-na-amazonia-aumentam-em-2019-informa-o-inpe.ghtml> Acesso em: 14 de outubro de 2024

⁷ MADEIRO, Carlos. “Amazônia fecha 2019 com 89 mil focos de queimadas, 30% a mais que 2018”. Portal Uol, 08 de janeiro de 2020. Disponível em: [https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2020/01/08/amazonia-fecha-2019-com-89-mil-focos-de-queimadas-30-a-mais-que-2018.htm#:~:text=Resumo%20da%20not%C3%ADcia&text=O%20ano%20de%202019%20fechou,%20e%202015%20\(106.438\)](https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2020/01/08/amazonia-fecha-2019-com-89-mil-focos-de-queimadas-30-a-mais-que-2018.htm#:~:text=Resumo%20da%20not%C3%ADcia&text=O%20ano%20de%202019%20fechou,%20e%202015%20(106.438).). Acesso em 14 de outubro de 2024

No discurso de Bolsonaro, é possível observar as várias articulações de ordens do discurso com a intenção de fortalecer as benfeitorias do seu primeiro ano de governo em relação às políticas ambientais. Tais convenções utilizadas no pronunciamento reúnem discursos ambiental, estatístico, geográfico e nacionalista obtendo uma nova mescla. Percebe-se a utilização de termos do discurso ambiental como “carro chefe” do pronunciamento de Bolsonaro que é combinado com porcentagem da área estatística e comparações territoriais com termos do discurso geográfico. Do ponto de vista discursivo essa prática aproxima-se do conceito de interdiscursividade, mais especificamente sobre o elemento discurso. Segundo Fairclough (2016, p.170), um discurso é um modo particular de construir um assunto, e o conceito difere de seus predecessores por enfatizar que esses conteúdos ou assuntos, áreas de conhecimento somente entram nos textos na forma medida de construções particulares dele. O autor corrobora que termos particulares designam não somente a área de conhecimento, como também o modo particular como ela é constituída. Nesse sentido, o pronunciamento de Bolsonaro implica como modo de prática política e ideológica. Na primeira pode estabelecer, manter ou transformar as entidades coletivas que existem relações de poder; a segunda estabiliza, naturaliza e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder. O presidente confronta a prática social a partir de uma moldagem das ordens do discurso para fortalecer sua própria narrativa de que a política ambiental do seu governo combate o desmatamento e incêndios na Amazônia.

O segundo momento da análise problematiza a nota à imprensa⁸ assinada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República do governo Lula, sobre a demissão do ministro dos direitos humanos Silvio Almeida após denúncias de assédio sexual⁹.

Nota à Imprensa

Diante das graves denúncias contra o ministro Silvio Almeida e depois de convocá-lo para uma conversa no Palácio do Planalto, no início da

⁸ “Comunicado sobre a demissão do ministro Silvio Almeida”. Gov.br, 06 de setembro de 2023. Disponível em:

<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/notas-oficiais/notas-a-imprensa/nota-a-imprensa-comunicado-sobre-silvio-almeida> Acesso em: 16 de outubro 2024

⁹ “Silvio Almeida é demitido do ministério de Direitos Humanos após denúncias de assédio sexual”. Portal Uol (conteúdo do Estadão), 06 de setembro de 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/09/06/silvio-almeida-e-demitido-do-ministerio-de-direitos-humanos-apos-denuncias-de-assedio-sexual.htm?cmpid=copiaecola> Acesso em 16 de outubro de 2024

noite desta sexta-feira (6), **o presidente Lula decidiu** pela demissão do titular da Pasta de Direitos Humanos e Cidadania.

O presidente considera insustentável a manutenção do ministro no cargo considerando a natureza das acusações de assédio sexual.

A Polícia Federal abriu de ofício um protocolo inicial de investigação sobre o caso. **A Comissão de Ética Pública da Presidência da República também abriu** procedimento preliminar para esclarecer os fatos.

O Governo Federal reitera seu compromisso com os Direitos Humanos e reafirma que nenhuma forma de violência contra as mulheres será tolerada. (*grifo meu*)

Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Para avaliar este recurso textual utilizado para comunicar com a imprensa, apresenta-se a intertextualidade como uma das possibilidades de análise, a qual é uma categoria analítica da ACD com grande potencial para investigação de textos. A nota em questão recorre concomitantemente a diversos textos, criando assim cadeias intertextuais. Uma das formas de amarrar os textos com outros textos é a representação do discurso, que Fairclough (2016) utiliza no lugar do termo tradicional discurso relatado. “Os tipos de discurso diferem não somente no modo como eles representam o discurso, mas também nos tipos de discurso que eles representam e nas funções do discurso no texto representador” (Fairclough, 2016, p.159). O grau de manutenção de limite, segundo o autor, é parcialmente uma questão de escolha entre a representação direta ou indireta de discurso. Fairclough (2016) revela que a primeira pretende, pelo menos, reproduzir as palavras exatas usadas no discurso representado, enquanto o discurso indireto, ao contrário, é ambivalente: não se pode ter certeza de que as palavras do original são reproduzidas ou não.

O texto contém características próprias de um comunicado oficial do governo, pois trata-se de uma nota curta, objetiva e estruturada com a intenção de finalizar uma crise. Percebe-se que a nota contém representações do discurso indiretas sobre as atitudes tomadas pelo presidente Lula em meio ao momento de turbulência que se instalou em seu governo. Embora seja um comunicado da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, a nota deixa certa ambiguidade na voz de Lula na perspectiva dos estudos de Fairclough: será que essas foram as palavras de Lula? Essa foi a forma que ele se expressou? Além disso, a personalização do discurso de Lula é substituída no último parágrafo pelo discurso em terceira pessoa do governo federal para afirmar um discurso firme contra o abuso sexual e o compromisso com a pasta dos

Direitos Humanos. Por fim, a nota inclui procedimentos adotados pela Polícia Federal e Comissão de Ética Pública da Presidência da República, entidades do governo federal, pela representação do discurso indireta para reafirmar sua autoridade perante a crise no governo para apuração dos fatos. Dessa forma, a representação discursiva é um recurso utilizado frequentemente em notas, comunicados e pronunciamentos institucionais em que a usabilidade da terceira pessoa é comum.

Considerações finais

Considerando os dois textos analisados em contextos e momentos políticos específicos, a comunicação apresenta-se como estratégia discursiva para negociar sentidos em situações de crises nos sistemas políticos democráticos. Em cada pronunciamento, foi utilizada determinada categoria analítica da ACD que mais se sobressaiu para identificar e problematizar os percursos da linguagem nas diferentes formas de comunicar. Enquanto na estratégia de Bolsonaro foram utilizados elementos ligados à ordem do discurso, para fortalecer os méritos do seu governo em relação às políticas ambientais, a nota do governo Lula utilizou a representação do discurso citando instituições legitimadas para certificar a decisão do presidente. Tal indício corrobora com a argumentação de Signates (2012), o qual categoriza a comunicação como parte integrante da democracia. “Sendo a comunicação o modo de ser da democracia, parece autoevidente que a preservação de uma democracia exige como ação permanente o fortalecimento e a ampliação dos processos de comunicação” (Signates, 2012, p.13). Os pronunciamentos exibem características diferentes e formas distintas de processos comunicacionais em momentos de crise, sendo cada qual com uma estratégia particular.

REFERÊNCIAS

- AVRITZER, Leonardo. “Política e antipolítica nos dois anos de governo Bolsonaro”. In: AVRITZER, Leonardo et al. (Org.) **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**/ Leonardo Avritzer, Fábio Kerche, Marjorie Marona (org.) – 1. ed – Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- CIRNE, Alexcina Oliveira; BARROS, Solange Maria de; EFKEN, Karl Heinz. “A Análise Crítica do Discurso e sua dimensão axiológica”. In: CIRNE, Alexcina Oliveira; BARROS, Solange Maria de; EFKEN, Karl Heinz. (Org). **Diálogos e perspectivas da Análise Crítica do Discurso**. Campinas: Editora Pontes, 2022.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. (Organização de tradução de Izabel Magalhães). 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FAIRCLOUGH, Norman. Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica. **Revista Linha D'água**, São Paulo, p.307-329, ago. 2012. Semestral. Traduzido por Iran Ferreira de Melo.

MACHADO, E. Governo Lula, neoliberalismo e lutas sociais. *Lutas Sociais*, v. 21/22, p. 23-34, 2009. <https://doi.org/10.23925/ls.v0i21/22.18598> Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18598>

RODRIGUES, Adriano Duarte. “Delimitação, natureza e funções do discurso midiático”. In. PEIXINHO, Ana Teresa et al (Org.). **20 Anos de Jornalismo contra Indiferença**. Brasília: Coimbra University Press, 2015, p.33-46.

SIGNATES, L. (2012). Epistemologia da Comunicação na Democracia: a centralidade do conceito de comunicação na análise dos processos políticos. *Novos Olhares*, 1(1), 7-18. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-7714.no.2012.51443>

THOMPSON, J. B. A interação mediada na era digital. **MATRIZES**, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 17-44, 2018. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v12i3p17-44. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/153199>.